

Ministério das Comunicações atualiza agenda regulatória do setor de radiodifusão



Dirigentes de empresas ligadas à radiodifusão brasileira puderam conferir, na quinta-feira, 26/06/2025, as atualizações da agenda regulatória do setor, promovida pelo Ministério das Comunicações. As informações foram apresentadas pelo secretário de Comunicação Social Eletrônica da pasta, Wilson Diniz Wellisch. Também esteve presente no evento a diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, Daniela Naufel Schettino.

A apresentação ocorreu durante o SET Centro-Oeste, realizado em Brasília–DF, que reúne importantes nomes do mercado para discutir temas como TV 3.0, Inteligência Artificial (IA), produção e distribuição

de conteúdo, conectividade, transmissão e fiscalização/regulação do setor.

Wilson participou do painel “Atualizações regulatórias: tecnologia e regulação em diálogo”, mediado pelo diretor de Transmissão e Broadcast do MediaTech Lab, Francisco Peres. O debate contou ainda com a participação do gerente de Outorga e Licenciamento de Estações da Anatel, Renato Sales Bizerra Aguiar; do diretor-geral da Abratel, Samir Nobre; e do vice-presidente de Rede e Tecnologia da ASTRAL, Carlos Eduardo Neiva Melo.

Um dos temas de maior relevância abordados foi a TV 3.0 – a “TV do futuro”, que promete transformar a forma como os brasileiros assistem à televisão, oferecendo melhor qualidade de som e imagem e ampla interatividade.

“Estamos com o decreto já em vias de ser aprovado. Tivemos diversas conversas com a Casa Civil, com a Presidência da República, e todas as dúvidas foram dirimidas. Estamos na expectativa de o texto ser publicado em breve”, afirmou Wilson.

O secretário também falou sobre o programa Siga Antenado, que distribui antenas parabólicas digitais via satélite à população de baixa renda.

Além de levar a nova parabólica digital gratuitamente à população, o programa possibilitou a liberação completa da faixa de 3,5 GHz, essencial para a implementação do 5G em todo o território nacional. A limpeza da faixa foi concluída 14 meses antes do prazo previsto.

“É uma política pública super importante e que tem dado muito certo. Agora, vamos iniciar uma nova fase, expandindo o programa e beneficiando mais brasileiros e brasileiras”, disse.

Inicialmente destinado apenas a usuários do CadÚnico com parabólica tradicional, o programa foi ampliado em maio de 2025, por meio de portaria do Ministério das Comunicações. A Fase Extra contemplou moradores de baixa renda em 323 municípios com cobertura terrestre limitada, mesmo que não possuam parabólica tradicional instalada.

O secretário também citou o Plano Nacional de Radiodifusão, que será divulgado ao setor como uma forma de oferecer previsibilidade às ações do ministério e garantir maior transparência nos trabalhos a serem executados nos próximos anos.

“É um documento que já está em fase de finalização. Nada mais é do que um compilado de toda a nossa agenda regulatória, dos nossos planos nacionais de outorgas, do nosso plano de fiscalização, entre outras ações diretas do ministério. Vamos consolidar tudo nesse plano, dando ainda mais transparência e previsibilidade ao setor”, finalizou Wilson.

Senado aprova projeto de lei que modifica legislação da radiodifusão



O Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (8), o projeto de lei (PL) 2.352/2023, de autoria do deputado federal Cezinha de Madureira (PSD-SP), que prevê mudanças significativas para a legisla-

ção de radiodifusão do Brasil, modernizando e simplificando as leis que regem o setor. A nova legislação atualiza pontos fundamentais relacionados à regulação das emissoras de rádio e televisão,

promovendo mais agilidade, segurança jurídica e adequação às realidades atuais do setor. O texto foi aprovado sem alterações dos senadores e agora segue para sanção presidencial.

Entre os principais pontos do PL estão:

- **Desburocratização das renovações de outorgas** – Elimina a necessidade de licenciamento a cada renovação de concessão, sendo possível realizar pedidos a qualquer momento antes do vencimento.
- **Mudanças nas características técnicas das emissoras** – O PL estabelece novas regras para alterações de potência, alcance de sinal ou mudança de classe das estações, desde que isso atenda aos interesses da comunidade. Outorgas não onerosas (como educativas) ficam isentas do pagamento adicional nesses casos.
- **Correção monetária e valores de outorga** – Corrige monetariamente o valor da outorga apenas após aprovação de decreto legislativo específico para cada concessão.
- **Simplificação dos processos de transferência de concessões** – Permite a transferência da concessão ou permissão de uma empresa para outra, mesmo durante período de análise da renovação.

Várias associações estaduais de radiodifusão somaram forças nesse processo, contribuindo para sensibilizar os parlamentares em cada região e reforçar a relevância do tema para todo o país. Além das entidades nacionais ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e ABRATEL (Associação Brasileira de Rádio e Televisão). A AESP (Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo) também destacou o apoio do senador Marcos Pontes (PL-SP).

O presidente da AMIRT, Mayrinck Júnior, destacou que “O PL 2.352/2023 representa um avanço importante para a radiodifusão

brasileira, ao modernizar regras, garantir mais segurança jurídica e permitir a expansão técnica das emissoras. Por outro lado, impõe novos desafios, como exigências de acessibilidade e fiscalização mais rigorosa. É fundamental que rádios e TVs se preparem para aproveitar as oportunidades e se adequar às novas exigências do setor”, alertou.

O vice-presidente da AMIRT, Bruno Torres, comentou que “o projeto de lei é muito importante para a radiodifusão, não só mineira, mas do Brasil todo. Tudo que vem para modernizar e simplificar, nós temos que aderir. Claro que ainda falta a sanção presidencial, que a gente espera que seja feita sem nenhuma ressalva, para que nosso processos burocráticos sejam simplificados e possa facilitar nosso dia a dia”, destacou.

Governo planeja implantação da TV 3.0 com cronograma responsável e foco em inclusão digital



O Ministério das Comunicações esclarece que nenhum brasileiro será prejudicado com a implantação da TV 3.0. A Pasta reforça que a introdução da TV 3.0 representa um avanço significativo para o Brasil. A nova tecnologia permitirá à população desfrutar de imagens com qua-

lidade superior, som imersivo e recursos avançados de interatividade. Trata-se da televisão do futuro: mais moderna, inclusiva e conectada com as necessidades do cidadão brasileiro.

Nenhum cidadão precisará trocar de TV imediatamente. A implantação ocorrerá de forma gradual, seguindo um cronograma nacional estruturado. Será nos mesmos moldes da bem-sucedida transição do sinal analógico para o digital.

A fase preparatória está prevista para ser concluída em 2025, com

início das primeiras transmissões da TV 3.0 até a Copa do Mundo de 2026. A migração será escalonada, começando pelas grandes capitais, e haverá um período de convivência entre os sistemas atual e novo. Todo o processo deve levar entre 10 e 15 anos.

A estimativa de custo de R\$ 400 para os conversores é prematura. Com a evolução do mercado e o aumento da escala de produção, os valores devem cair progressivamente, como ocorreu em transições tecnológicas anteriores. O governo federal está acompanhando de perto o desenvolvimento desses equipamentos com o objetivo de garantir acesso democrático e acessível à nova tecnologia.

Além da melhoria técnica, a TV 3.0 terá um papel estratégico na comunicação pública. A minuta do decreto que regulamenta o novo modelo prevê a criação da Plataforma Comum de Comunicação Pública e Governo Digital, que permitirá, futuramente, o acesso a serviços públicos diretamente pela televisão, promovendo maior integração entre Estado e cidadão.

O Brasil será o primeiro país da América Latina e do BRICS a implantar a TV 3.0, reafirmando sua posição de liderança no desenvolvimento da televisão digital. Após o sucesso do padrão nipo-brasileiro ISDB-T — hoje adotado por diversos países —, o país dá mais um passo importante rumo à inovação tecnológica, à inclusão digital e ao fortalecimento da comunicação pública nacional.



SIGA-NOS

 @amirtoficial  @amirtoficial  @amirtcast  www.amirt.com.br